



Discurso do Senhor Presidente da Direcção da APMCH

Sessão de Abertura

XIX Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico

21 de novembro, Santarém

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém

Exma. Senhora Secretária de Estado da Cultura

Exmos. Representantes de autarquias e de instituições presentes

Exmos. Participantes no XIX Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico

Desde 1987 que a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico organiza o seu Encontro Nacional, concretizando-se neste ano de 2024 a sua XIX edição. Coube ao Município de Santarém a sua organização, que saúdo na pessoa do seu Presidente, Doutor João Teixeira Leite. Santarém é um dos Municípios marcantes da nossa vida associativa, que esteve na sua génese, sendo uma das autarquias que subscreveu em 1988 em Lamego o “protocolo de adesão de municípios para a constituição da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico”, cuja assinatura foi testemunhada pelo então Presidente da República Dr. Mário Soares. O Município de Santarém esteve sempre presente na composição dos órgãos sociais da APMCH, tendo assumido a Presidência da Direcção por duas vezes, entre 1994 e 2002 e entre 2006 e 2010 e organizou as comemorações oficiais do Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses por quatro vezes, em 2000, 2006, 2010 e 2013.



Em boa hora Santarém organiza este ano o Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico.

O tema deste nosso XIX Encontro Nacional é “Pensar Global, Agir Local”, tema que encerra a ideia de que as acções que desenvolvemos nos mais diversos domínios das intervenções nos centros históricos devem ser integradas em estratégias definidas no quadro de políticas de desenvolvimento, concertadas e confluindo para a prossecução de objetivos definidos.

O programa que foi estruturado para esta edição do Encontro Nacional reflete os principais desafios que hoje se colocam à salvaguarda, reabilitação e gestão dos centros históricos.

O problema da habitação assume uma relevância fundamental, ou não fosse aquele que de forma mais premente preocupa os decisores e que tem implicações diretas na vida dos nossos cidadãos, sobretudo na dos que residem nos centros urbanos de maior dimensão e na dos que vivem nas áreas de maior atividade turística. As acções que muitos municípios e que o estado central têm desenvolvido no sentido de regular o mercado habitacional nestas zonas não tem tido o efeito desejado e assistimos cada vez mais a uma intervenção directa dos municípios na promoção de habitação para a classe média, tendo em conta que os valor proibitivos que a habitação atingiu, seja no mercado de venda, seja pela inexistência de um mercado de arrendamento, não só veda o seu acesso ao cidadão de rendimentos médios, como muito particularmente aos jovens, que não têm no horizonte a possibilidade de constituírem família e viveram de forma independente dos pais. Tem implicações na mobilidade dos cidadãos, que não encontram formas de alojamento nos locais onde existe oferta de trabalho, por exemplo nas zonas turísticas.



Indissociável da inexistência de uma oferta de habitação a custos controlados está a concorrência que a turistificação sem regras impõe, já que os particulares não têm possibilidades de concorrer com as empresas ligadas ao turismo.

Precisamos de centros históricos diversificados, com utilizações compatíveis com as suas características. Há lugar para todos, já que a chamada monocultura nunca foi uma solução equilibrada. Há que encontrar fórmulas para garantir uma harmonia nas funções, sejam as habitacionais, as ligadas ao turismo, as comerciais, culturais e de serviços, e uma compatibilidade entre as funções a instalar e as tipologias do tecido edificado tradicional. Nunca é demais repetir que os habitantes tradicionais não podem ser relegados para as periferias, que a alma dos nossos centros urbanos tem de ser preservada, se bem que urge implementar políticas de regeneração, que atraiam para os centros históricos novos residentes, que lhes tragam sangue novo e novas dinâmicas. O grande desafio é o desafio de sempre: garantir nos nossos centros históricos o conforto da vida moderna, preservando os seus valores patrimoniais.

Relacionados com esta problemática estão outros aspetos que têm de ser encarados e resolvidos, como as questões da mobilidade, da revitalização do comércio tradicional, da compatibilidade entre a habitação e o lazer ou a da utilização do património edificado com utilizações culturais.

Neste encontro será também interessante abordar o problema da recente legislação sobre o chamado *simplex* do urbanismo, que como é sabido teve a discordância dos municípios portugueses, mas que, encontrando-se em vigor, exige a busca de soluções para fazer face aos problemas que poderão dele advir, sobretudo os das aprovações tácitas.

Outro aspeto que estará presente neste encontro é o da reabilitação do património e da alteração do seu uso. Temos hoje conhecimentos suficientes



para levar a cabo acções de reabilitação que preservem os nossos edifícios tradicionais e o património edificado, com a preocupação da introdução de funções compatíveis com as características tipológicas preexistentes e da utilização de técnicas de reabilitação compatíveis com os sistemas de construção tradicionais. Mas há que ir mais longe, defendendo as reabilitações integrais, contrariando o fachadismo, e procurando soluções pouco radicais, no sentido de procurar soluções reversíveis, que não comprometam as intervenções nos imóveis com acções que alterem as suas características de forma irremediável.

Faço votos que este XIX Encontro seja um espaço de debate e de conclusões, e que dele saiam recomendações para que a Direcção da APMCH possa, na sua qualidade de associação representativa de muitos municípios portugueses, quase 1/3, encetar um processo de diálogo com as entidades oficiais com vista a transmitir as preocupações e as propostas que daqui forem emanadas e colaborar para a sua efectivação.

A todas e a todos as minhas saudações e um bom trabalho.